

Energias alternativas e preservação do ambiente

Escola Secundária de Miguel Torga
Bragança

Projecto de Recomendação

Exposição de motivos:

Considera-se de grande importância a sensibilização e a formação das pessoas para a defesa do meio ambiente em geral e mais ainda para os actuais problemas relativos à camada do ozono e às alterações climáticas, entre outros. Educar para a poupança de energia não é suficiente. Além de poluentes, as energias esgotáveis colocam problemas de toda a espécie. As comunidades, a nível mundial, têm de unir esforços para encontrar soluções que vão para além da “dieta do petróleo”.

As energias renováveis constituem-se como a melhor alternativa aos combustíveis fósseis, por essa razão é necessário que cidadãos, organizações não governamentais e governos actuem de forma responsável.

Em primeiro lugar, é necessário criar uma cultura de defesa do ambiente e de aproveitamento dos recursos naturais renováveis.

Em segundo lugar, o Estado deve dar o exemplo aos cidadãos e criar os incentivos para levar particulares e empresários a investirem em fontes de energia limpa e verde.

As escolas e as instituições públicas deverão fazer aproveitamento da energia solar, para aquecimento e iluminação e, ao mesmo tempo, devem implementar medidas, como a compostagem para associarem várias estratégias de defesa do meio ambiente.

A redução dos impostos, nomeadamente o imposto municipal sobre imóveis, pode ser uma medida adequada para motivar o investimento em formas de energia alternativa.

As energias renováveis podem também ser um motor de desenvolvimento das regiões e áreas deprimidas se uma parte dos recursos financeiros for investida nessas mesmas regiões, ou seja, se forem adoptadas medidas de discriminação positiva, beneficiando, através da canalização do investimento, a conservação da natureza e desenvolvendo-se simultaneamente o Ecoturismo.

Medidas propostas:

1. Atribuir painéis solares às escolas e instituições públicas, para poderem usufruir da sua própria energia, e tornar obrigatória a compostagem em jardins escolares e públicos, com o envolvimento da comunidade;
2. Redução do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para os edifícios que utilizem energias alternativas;
3. Utilização dos recursos financeiros obtidos através das energias renováveis produzidas em áreas deprimidas, como contrapartida para o desenvolvimento dessas mesmas áreas e para a promoção do Ecoturismo;

Bragança, 23 de Janeiro de 2008